

Eólica Serra das Vacas III S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Eólica Serra das Vacas III S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Serra das Vacas III S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Serra das Vacas III S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de maio de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Adriana Dantas Ribeiro
Contadora
CRC nº 1 SP 315637/O-1

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2025	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2025	2024
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	657	1.250	Fornecedores		39	83
Títulos e valores mobiliários	5	928	604	Arrendamentos	11	85	74
Contas a receber	6	1.471	4.400	Empréstimos e financiamentos	10	5.375	47.479
Impostos e contribuições a recuperar		229	268	Obrigações tributárias		288	324
Outros ativos		124	122	Outros Passivos	12	105	1.922
Total dos ativos circulantes		3.409	6.644	Total dos passivos circulantes		5.892	49.882
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	7	4.135	4.000	Arrendamentos	11	2.248	2.143
Imobilizado	8	90.001	94.720	Empréstimos e financiamentos	10	38.485	-
Intangível	9	253	270	Partes Relacionadas	13.2	305	498
Partes relacionadas	13.1	6.363	4.356	Outros passivos	12	21.737	22.365
Outros ativos		67	67	Total dos passivos não circulantes		62.775	25.006
Total dos ativos não circulantes		100.819	103.413	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15.1	45.043	45.043
				Prejuízos acumulados		(9.482)	(9.874)
				Total do patrimônio líquido		35.561	35.169
TOTAL DOS ATIVOS		104.228	110.057	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		104.228	110.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	16	19.150	16.617
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	17	(12.304)	(10.339)
LUCRO BRUTO		6.846	6.278
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	18	(169)	(168)
Outras Receitas	18	131	25
TOTAL RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(38)	(143)
LUCRO OPERACIONAL		6.808	6.135
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	933	559
Despesas financeiras	19	(6.328)	(6.071)
		(5.395)	(5.512)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.413	623
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	20	(1.021)	(838)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		392	(215)
Média ponderada das ações - em milhares		42.176	42.176
Prejuízo por ação (em reais - R\$)		0,0093	(0,0051)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	392	(215)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>392</u>	<u>(215)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

		Capital social integralizado			
		Ajuste para			
	Nota explicativa	Capital subscrito	adequação às normas do CPC	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		45.043	(2.867)	(9.659)	32.517
Ações preferenciais resgatáveis		-	2.867	-	2.867
Prejuízo do exercício		-	-	(215)	(215)
					-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		45.043	-	(9.874)	35.169
Lucro do exercício	15.1	-	-	392	392
					-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		45.043	-	(9.482)	35.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) do exercício		392	(215)
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	8 e 9	6.379	6.294
Apropriação de juros sobre arrendamentos	11	176	162
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	10	4.874	4.447
Apropriação de custos sobre empréstimos	10	33	34
Ganho na alienação e venda de bens do ativo imobilizado		(68)	25
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas	19	(835)	(553)
Variação de ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		2.929	(1.151)
Impostos e contribuições a recuperar		39	(39)
Outros ativos		(2)	6
Fornecedores		(44)	(61)
Obrigações tributárias		845	814
Outros passivos		(2.445)	3.879
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	10	(3.740)	(4.046)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(881)	(746)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>7.652</u>	<u>8.850</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários		376	1.256
Partes relacionadas	13	(2.007)	(2.808)
Caixa advindo da alienação e venda de bens do ativo imobilizado		131	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado/intangível	8 e 9	(1.512)	(2.192)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(3.012)</u>	<u>(3.744)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas	13	(193)	326
Arrendamentos pagos	11	(254)	(243)
Empréstimos e financiamentos pagos	10	(4.786)	(4.339)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(5.233)</u>	<u>(4.256)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(593)</u>	<u>850</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no início do exercício		1.250	400
Saldo no fim do exercício		657	1.250
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(593)</u>	<u>850</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Serra das Vacas III S.A. (“Companhia”) é uma “Sociedade por Ações” de capital fechado, sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia é integralmente controlada pela Eólica Serra das Vacas Holding S.A. (“Controladora”) e, tem por objeto a geração e a comercialização de energia elétrica por fonte eólica.

1.1 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$2.483 (R\$43.238 em 31 de dezembro de 2024). A Administração da Companhia entende que não existe risco de inadimplência, ou continuidade operacional, uma vez que parte substancial dos passivos circulantes se referem às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras e contempla as parcelas vincendas nos próximos doze meses, enquanto as contas a receber refletem apenas parte da receita gerada no mês, advinda da venda de energia. A expectativa da Administração é de que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme evidenciado na nota explicativa nº 10, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), apurado de forma consolidada pela Controladora, não atingiu o mínimo requerido nos contratos de 1,20. Em razão disso, a Companhia procedeu à reclassificação dos saldos de “Empréstimos e Financiamentos” do ativo não circulante para o passivo circulante.

A Controladora, conforme estabelecido na Escritura das Debêntures, para o exercício de 2023 realizou um depósito, em 11 de abril de 2024, no montante de R\$9.206 na conta reserva de complementação do ICSD, a fim de reestabelecer o índice de 1,20 e, assim, possibilitar a não execução do vencimento antecipado das Debêntures para o exercício de 2023. Para o exercício de 2024, com o índice apurado, em 24 de abril de 2025, ocorreu a liberação do saldo excedente de R\$8.937, mantendo o montante de R\$1.159 na conta reserva de complementação do ICSD.

Adicionalmente, a Companhia solicitou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES um “waiver” para dispensa do atingimento do referido índice, para o exercício 2023 e 2024. Em maio de 2024, realizou os pagamentos dos “fees” para anuência do pleito e em 11 de junho de 2025 recebeu a formalização da dispensa do cumprimento do índice de ICSD do exercício de 2023 e 2024. Dessa forma, os saldos de empréstimos e debêntures com vencimentos originais posteriores a 30 de junho de 2026 foram reclassificados para o passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, o ICSD consolidado da controladora apurado atingiu 1,21, e garante a manutenção dos valores no passivo não circulante para os próximos 12 meses.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios, possibilitar a manutenção das dívidas no passivo não circulante, de acordo com o seu fluxo contratual de pagamentos e cumprir suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados.

2. CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1. A Companhia tem seu parque eólico instalado no município de Paranatama, estado de Pernambuco e operou em fase de testes até o fim do exercício de 2015 e em janeiro de 2016, iniciou suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

Por meio das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 251 de 4 de junho de 2014, posteriormente atualizada pela resolução autorizativa 5536, de 27 de outubro de 2015, foi autorizada a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

A Companhia, participou do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 18 de novembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 9/2013-ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, a Companhia assinou os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.

Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos, (c) provisão para desmobilização. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Instrumentos financeiros - ativos

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

b) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foi constituída provisão para riscos de crédito.

3.4. Instrumentos financeiros - Passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e ações preferenciais resgatáveis, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos CCEARs são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no âmbito do mercado regulado e não regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.6. Estimativa para provisão perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos. A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos seus ativos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) são amortizados pelo prazo de autorização do parque eólico.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos dos empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os controles mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.13. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam vir a ser conversíveis em ações e que possam representar diluição do lucro por ação. Consequentemente, o lucro básico por ação não difere do lucro diluído por ação.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.15. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	IAS 21	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.	-	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 / IFRS 7	01.01.2026
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Contratos que referenciem a eletricidade dependente da natureza	IFRS 9 / IFRS 7	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IFRS 18	01.01.2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Nova norma – permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS	IFRS 19	01.01.2027
Alterações ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	IAS 28	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa		-
Depósitos bancários	612	1.116
Aplicações financeiras (*)	<u>45</u>	<u>134</u>
Total	<u><u>657</u></u>	<u><u>1.250</u></u>

(*) Refere-se a aplicações financeiras realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (75% em 31 de dezembro de 2024), com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	928	604

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os rendimentos médios foram de 99,32% do CDI (99,09% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2024).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecimento de energia elétrica CCEAR (a)	1.471	4.400

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no CCEAR.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	4.135	4.000

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os rendimentos médios foram de 99,32% do CDI (99,09% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2024).

As aplicações financeiras vinculadas trata-se de conta reserva exigida pelo BNDES, conforme nota explicativa nº 10, como garantia pela disponibilização dos recursos, o saldo é aferido mensalmente conforme condições estipuladas no contrato de financiamento.

8. IMOBILIZADO

	2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	2024	Custo Histórico	Depreciação Acumulada
IMOBILIZADO EM CURSO	4.035	2.192	(5.908)	(25)	-	294	294	-
Materiais Sobressalentes	4.033	2.192	(5.908)	(25)	-	292	292	-
Terrenos	2	-	-	-	-	2	2	-
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	94.662	139	5.908	-	(6.283)	94.426	145.760	(51.334)
Direito De Uso - CPC 06	1.928	139	-	-	(112)	1.955	2.487	(532)
Edificações, Obras Cíveis E Benfeitorias	13.921	-	-	-	(658)	13.263	19.178	(5.915)
Máquinas E Equipamentos	75.536	-	5.908	-	(5.397)	76.047	120.588	(44.541)
Móveis E Utensílios	92	-	-	-	(8)	84	137	(53)
Desmobilização CPC 25 (*)	2.835	-	-	-	(108)	2.727	3.020	(293)
Terrenos	350	-	-	-	-	350	350	-
Total Geral	98.697	2.331	-	(25)	(6.283)	94.720	146.054	(51.334)

	2024	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	2025	Custo Histórico	Depreciação Acumulada
IMOBILIZADO EM CURSO	294	1.510	-	(58)	-	1.746	1.746	-
Materiais Sobressalentes	292	1.510	-	(56)	-	1.746	1.746	-
Terrenos	2	-	-	(2)	-	-	-	-
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	94.426	196	-	(6)	(6.362)	88.255	145.952	(57.697)
Direito De Uso - CPC 06	1.955	194	-	-	(125)	2.024	2.682	(658)
Edificações, Obras Cíveis E Benfeitorias	13.263	-	-	-	(656)	12.607	19.178	(6.571)
Máquinas E Equipamentos	76.047	-	-	(5)	(5.486)	70.556	120.583	(50.027)
Móveis E Utensílios	84	-	-	-	(4)	80	138	(58)
Desmobilização CPC 25 (*)	2.727	2	-	-	(91)	2.638	3.021	(383)
Terrenos	350	-	-	-	-	350	350	-
Total Geral	94.720	1.706	-	(63)	(6.362)	90.001	147.698	(57.697)

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

9. INTANGÍVEL

	2023	Amortização	2024	Custo Histórico	Amortização Acumulada
INTANGÍVEL EM SERVIÇO	281	(11)	270	387	(117)
Servidões	262	(9)	253	346	(93)
Softwares	19	(2)	17	41	(24)

	2024	Amortização	2025	Custo Histórico	Amortização Acumulada
INTANGÍVEL EM SERVIÇO	270	(17)	253	382	(129)
Servidões	253	(10)	243	346	(103)
Softwares	17	(7)	10	36	(26)

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia captou um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados à Companhia têm como data final de amortização 15 de julho de 2032.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas, como garantias do referido contrato, ações da controladora Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas controladas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

A Companhia tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

A Controladora, atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Controladora de Índice de Cobertura do Serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2025, o ICSD apurado de forma consolidada pela Controladora atingiu o índice acima do determinado, sendo que o índice apurado foi 1,21.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os ICSD apurados não atingiram o índice determinado, sendo que o índice apurado foi 1,18 e 1,00 respectivamente.

Para que o ICSD consolidado da Controladora apurado em 31 de dezembro de 2023 resultasse em 1,20, a Companhia efetuou depósito complementar mantendo o saldo total de R\$9.206. Para o exercício de 2024, com o índice apurado, em 24 de abril de 2025 efetuou manutenção do saldo de modo a manter o montante de R\$1.159. A Companhia e suas controladas solicitaram ao BNDES um “waiver” para dispensa do atingimento do referido índice para 2023 e 2024, e em 11 de junho de 2025 recebe a formalização da dispensa do cumprimento do índice. Dessa forma, os saldos de empréstimos e debêntures com vencimentos originais posteriores a 30 de junho de 2026 foram reclassificados para o passivo não circulante.

A Controladora manteve os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a emissão destas demonstrações financeiras, mediante a confirmação pelo agente fiduciário o saldo será liberado para movimentação.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de Empréstimos e Financiamentos são apresentados como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
BNDDES	44.083	47.734
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(223)</u>	<u>(255)</u>
Total	<u>43.860</u>	<u>47.479</u>
Segregado entre:		
Circulante	5.375	47.479
Não circulante	<u>38.485</u>	<u>-</u>
Total	<u>43.860</u>	<u>47.479</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	51.383
Amortização de principal	(4.339)
Amortização de juros	(4.046)
Juros incorridos	4.447
Apropriação de custos de transação	34
Saldo em 31 de dezembro 2024	<u>47.479</u>
Amortização de principal	(4.786)
Amortização de juros	(3.740)
Juros incorridos	4.874
Apropriação de custos de transação	33
Saldo em 31 de dezembro 2025	<u>43.860</u>

11. ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamentos, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 06 (R2) e, seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

<u>Contratos com prazo de vigência maior que 12 meses</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Total dos Contratos	4.397	4.255
Encargos financeiros futuros	<u>(2.064)</u>	<u>(2.038)</u>
Valor presente dos contratos	<u>2.333</u>	<u>2.217</u>
Circulante	85	74
Não circulante	<u>2.248</u>	<u>2.143</u>
	<u>2.333</u>	<u>2.217</u>

a) A movimentação do exercício é conforme segue

Arrendamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.159
Atualização monetária	139
Apropriação de juros	162
Amortizações	(243)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.217
Atualização monetária	194
Apropriação de juros	176
Amortizações	(254)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.333

12. OUTROS PASSIVOS

	2025	2024
Adiantamento de clientes (a)	13	4
Obrigação contratual (b)	92	1.922
Total circulante	105	1.922
Obrigação contratual (b)	18.144	18.963
Provisão para desmobilização (c)	3.593	3.402
Total não circulante	21.737	22.365
Total outros passivos	21.842	24.287

(a) Adiantamento de clientes por pagamento em duplicidade.

(b) A Companhia apurou déficit de geração anual e quadrienal em seu segundo quadriênio iniciado em 2020 com término em 2023, o saldo do ressarcimento de curto e longo prazo do déficit será liquidado conforme previsto nos Contratos do CCEAR. Contudo a companhia está com a liquidação do ressarcimento adiada, em virtude de Despacho da ANEEL nº 2303/2019 que deliberou sobre a suspensão da liquidação do ressarcimento relativo às usinas eólicas, objeto de pedidos de reconhecimento de “Constrained-off” à ANEEL, e se mantém atenta as deliberações da ANEEL para que volte a liquidar seu passivo.

(c) Referem-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar no futuro, para desmontagem e retirada dos seus ativos nos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração e é revisada periodicamente. A contrapartida dessa provisão, está registrada na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 08.

13. PARTES RELACIONADAS

13.1. Saldos a receber

	2025	2024
Eólica Serra das Vacas Holding S.A. (a)	6.363	4.356

(a) Refere-se à captação de mútuo com sua controladora, sobre o qual não incide juros e o prazo de vencimento é indeterminado.

13.2. Saldos a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Eólica Serra das Vacas VII S.A. (a)	305	498

(a) Refere-se a compartilhamento de infraestrutura com a Eólica Serra das Vacas VII S.A.

14. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía processos judiciais avaliados como risco de perda provável e ainda como risco de perda possível.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

Em 24 de setembro de 2024 fora deliberado o resgate de 100% das ações preferenciais resgatáveis assim como o cancelamento integral das ações. Em decorrência a extinção dos volumes de ações preferenciais regatáveis, assim como o instrumento financeiro, a companhia integra o valor desta ação alocado ao capital social, incorporando ao valor das ações ordinárias subscritas e integralizadas, transferindo o montante de R\$2.867 da conta específica de adequação as normas do CPC para a conta de capital social integralizado no Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado é no montante de R\$45.043 correspondente a 42.176.000 ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é no montante de R\$45.043 dividido em: (i) 42.176.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) zero ações preferenciais resgatáveis (zero ações em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	<u>2025 e 2024</u>					
	<u>Capital subscrito e integralizado</u>	<u>Incorporação a ações ordinárias capital</u>	<u>Ações preferenciais resgatáveis</u>	<u>Total do capital integralizado</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	45.043	-	-	45.043	42.176.000	100%

15.2. Remuneração da Administração

No ano de 2025 a remuneração dos Administradores ocorre na controladora no montante de R\$289 (R\$256 no ano 2024 na companhia) paga por meio de rateio entre as controladas de todo o grupo conforme mencionado no item 14.2 (b). Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria ou remuneração baseada em ações.

15.3. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

15.4. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976.

15.5. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo líquido do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	392	(215)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>42.176</u>	<u>42.176</u>
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação - R\$	<u>0,0093</u>	<u>(0,0051)</u>

16. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Suprimento de energia elétrica - ACL e MCP	22.361	342
Suprimento de energia elétrica - CCEAR	288	21.339
Déficit da obrigação contratual - CCEAR	<u>(2.576)</u>	<u>(4.181)</u>
Receita Bruta	<u>20.073</u>	<u>17.500</u>
Deduções:		
PIS e COFINS	(827)	(792)
Taxa de fiscalização da ANEEL	<u>(96)</u>	<u>(91)</u>
Total	<u>(923)</u>	<u>(883)</u>
Total de Receita Líquida	<u>19.150</u>	<u>16.617</u>

17. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Energia comprada para revenda	(99)	(60)
Depreciação e amortização	(6.379)	(6.294)
Despesa com pessoal	(313)	(330)
Serviços de terceiros	(3.374)	(2.125)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(1.042)	(829)
Arrendamentos e aluguéis	-	(33)
Material	(569)	(146)
Outros	<u>(528)</u>	<u>(522)</u>
	<u>(12.304)</u>	<u>(10.339)</u>

18. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas Operacionais		
Serviços de terceiros	(168)	(167)
Outras despesas	(1)	(1)
Total	<u>(169)</u>	<u>(168)</u>
Outras Receitas		
Receita alienação de bens e venda de sucata	131	25
Total	<u>131</u>	<u>25</u>
Total receitas (despesas) operacionais	<u>(50)</u>	<u>(143)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	835	553
Outras	98	6
Total	<u>933</u>	<u>559</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(4.874)	(4.447)
Comissão fiança e “waiver fee”	(829)	(1.012)
Outras	(625)	(612)
Total	<u>(6.328)</u>	<u>(6.071)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(5.395)</u>	<u>(5.512)</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras, está apresentada a seguir:

	<u>2025</u>		<u>2024</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de energia	22.649	22.649	21.681	21.681
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	1.812	2.718	1.734	2.602
Receitas financeiras	933	933	559	559
Base de cálculo	2.745	3.651	2.293	3.161
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(412)	(329)	(344)	(284)
Adicional de IRPJ	(280)	-	(210)	-
Total	<u>(692)</u>	<u>(329)</u>	<u>(554)</u>	<u>(284)</u>
Despesas com IRPJ e CSLL		(1.021)		(838)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras vinculadas, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	2025	2024
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	657	1.250
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	928	604
Contas a receber	Custo amortizado	1.471	4.400
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	4.135	4.000
<u>Passivos</u>			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	43.860	47.478
Fornecedores	Custo amortizado	39	83
Partes relacionadas	Custo amortizado	305	498
Outros passivos	Custo amortizado	21.842	24.287
Arrendamentos	Custo amortizado	2.333	2.217

b) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, o acionista controlador dará suporte financeiro à Companhia e a todas as demais companhias do grupo, assim como, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

d) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

e) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- TJLP: 9.13%.

CDI - acumulado últimos 12 meses: 14,28%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

	2025	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Aplicações financeiras vinculadas	4.135	CDI	590	738	886
Títulos e valores mobiliários	928	CDI	133	166	199
Empréstimos e financiamentos	(43.860)	TJLP 2,45%	(5.079)	(6.349)	(7.618)
	<u>(38.798)</u>		<u>(4.356)</u>	<u>(5.445)</u>	<u>(6.534)</u>

	2024	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Aplicações financeiras vinculadas	4.000	CDI	433	542	650
Títulos e valores mobiliários	604	CDI	65	82	98
Empréstimos e financiamentos	(47.478)	TJLP 2,45%	(4.691)	(5.864)	(7.036)
	<u>(42.874)</u>		<u>(4.192)</u>	<u>(5.240)</u>	<u>(6.288)</u>

g) Risco de capitalização

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Dívida de empréstimos, financiamentos	43.860	47.479
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas	<u>(5.720)</u>	<u>(5.854)</u>
Dívida líquida	<u>38.140</u>	<u>41.625</u>
Patrimônio líquido	35.561	35.169
Índice de alavancagem financeira - %	107%	118%

22. COMPROMISSOS

- a) A Companhia mantém compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$1.570 ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.

23. SEGUROS

A Companhia, por meio de sua Controladora possui apólices de seguros, cujas coberturas são:

Objeto	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2025	19/12/2026	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/12/2025	19/12/2026	Controladas

As apólices de seguros possuem prazo de vigência de um ano e são renovadas anualmente. O período de 01/01/2025 a 19/12/2025 foram cobertos pela apólice de seguros que teve início de sua vigência no final do exercício de 2024. apólices de seguros possuem prazo de vigência de um ano e são renovadas anualmente

24. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2025 e 2024, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Atualização dos contratos/Adoção Inicial - arrendamentos/imobilizado	194	139
Integralização de Capital Social - incorporação do valor capitalizado das ações preferenciais resgatáveis ao valor das ações ordinárias	-	2.867

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 04 de maio de 2026.